

ACTA N.º 11

Aos nove dias do mês de Abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu na sede da Junta de Freguesia em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia, sendo a mesa constituída por:

- Presidente: Miguel Vieira Lopes;
- Primeiro Secretário: Paula Rodrigues;
- Segundo Secretário: Alice Parada.

Lista de presença:

- Partido Socialista:
 - Pedro Costa
 - Carlos Morais
 - Mário Lourenço
- Partido Social Democrata:
 - Victor Marques
 - Manuela Piaça
- Isaltino Oeiras Mais à Frente: (doravante IOMAF)
 - Mário Martins
 - André Rica
 - Débora Semedo
 - Aline Carvalho
- Coligação Democrática Unitária:
 - Luis Olímpio
- O executivo estava presente.

Na bancada IOMAF, verificou-se a ausência da Sr.^a Eugénia Martins (justificada), que foi substituída pelo Sr.^a Débora Semedo, do Sr Alberto Almeida (justificada), substituído pelo Sr. Carlos Morais e da Sr.^a Isabel Vasconcelos (justificada) pelo Sr. Luís Olímpio.

Deu-se início ao período de intervenção do público em termos regimentais com as seguintes intervenções:

O Sr. Vítor Parada referiu-se a um sinal de transito indicando rua sem saída, na Rua João Rosado, quando deveria ser um sinal de sentido único.

O Sr. Presidente do Executivo informou que já tinha participado à CMO, e que aguardava resposta ao solicitado.

O Sr. Vítor Marques apresentou três propostas: Proposta nº 01/2015, 02/215, 04/25015 e um voto de congratulação, nº 01/2015, pelo centenário da Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia colocou à votação a aceitação das propostas, com os seguintes resultados:

Votos contra – 0
Abstenção - 1 - CDU
Votos a favor – 5 – IOMAF, 5 - PS e 2 – PSD

Passou-se assim à votação individual das propostas, com os seguintes resultados:

Proposta nº 01/2015

Votos contra – 0
Abstenção - 5 - PS
Votos a favor – 2 – PSD, 1 – CDU e 5 do IOMAF

Proposta nº 02/2015

Votos contra – 0
Abstenção - 5 - PS
Votos a favor – 2 – PSD, 1 – CDU e 5 do IOMAF

Proposta nº 04/2015

Votos contra – 0
Abstenção - 5 - PS
Votos a favor – 2 – PSD, 1 – CDU e 5 do IOMAF

Voto de Congratulação aprovado por unanimidade.

Ficaram assim aprovadas as três propostas e o voto de congratulação, que serão entregues pela Mesa ao Executivo.

O presidente do executivo informou que o conteúdo destas propostas já tinha sido esclarecido na reunião anterior e que já tinha pedido informações à CMO.

O Sr. Pedro Costa esclareceu o sentido de voto de abstenção do PS, em virtude do esclarecimento do Sr Presidente.

O Sr. Vítor Marques frisou desconhecer o que o Sr. Presidente envia à CMO.

O Sr. André Rica apresentou requerimento 01/2015 e um voto de louvor 01/2015. Com o requerimento 01/2015 pretendia-se que a comemoração do dia 25 de Abril, fosse realizada no salão nobre da SIMPS, com a colaboração da Assembleia de Freguesia e a Banda da colectividade.

O Sr. Presidente do Executivo esclareceu que, como é hábito, essa comemoração é realizada pela SIMPS e que já estavam agendados todos os eventos para esse dia, não havendo espaço suficiente.

O Sr. Luís Olímpio ficou desagradado com as palavras proferidas pelo Sr. Presidente do Executivo, e que estava a pôr em causa a liberdade democrática da celebração desse dia.

O Sr. André Rica fez questão de frisar que fosse dado conhecimento ao Sr. Presidente da SIMPS o teor dos dois documentos que foram apresentados por si.

O Sr. Vítor Marques sublinhou a falta de democracia que estava a acontecer no decorrer da Assembleia. Esta data tão importante teria que ser comemorada de modo digno, quer fosse no dia vinte e quatro como no dia vinte e cinco.

O Sr. Pedro Costa tem ouvido falar de ditadura do tempo, mas nesta Assembleia nunca se cortou a palavra a ninguém.

O Sr. Vítor Marques propôs alteração à ordem dos pontos constantes na convocatória, no sentido de:

Os pontos 2, 3, 4 e 5 passarem a ser 4, 2, 5 e 3, mantendo-se os pontos 1 e 6.

O Sr. presidente propôs acrescentar o ponto 7 – Aprovação da ata em minuta.

Colocada esta alteração a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Deu-se assim início à ordem de trabalhos.

Ponto 1: Aprovação das atas n.ºs 6, 7, 8 e 9

Ata n.º 6 - Aprovada por maioria, com duas abstenções: 1 – CDU – Sr. Luís Olímpio e 1 - PSD – D. Manuela Piaça, justificando o sentido de voto, por não terem estado presentes nessa Assembleia.

Ata n.º 7 - Aprovada por maioria, com duas abstenções: 1 – PS – Sr. Mário Lourenço e 1 - CDU – Sr. Luís Olímpio, justificando o sentido de voto, por não terem estado presentes nessa Assembleia

A

Ata n.º 8 - Aprovada por maioria, com três abstenções: 1 – PS – Sr. Carlos Morais e 2 - PSD – Sr. Vítor Marques e D. Manuela Piaça, justificando o sentido de voto, por não terem estado presentes nessa Assembleia.

Ata n.º 9 - Aprovada por maioria, com duas abstenções: 1 – PS – Sr. Carlos Morais e 1 - IOMAF – Sra. Aline Carvalho, justificando o sentido de voto, por não terem estado presentes nessa Assembleia.

Ponto n.º 2 – Apreciação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

O Sr. Avelino, Tesoureiro, começou por fazer alguns esclarecimentos sobre aquisição de um computador.

Ponto nº 3 – Aprovação do Regulamento de Concessão de Apoio ao Associativismo na Freguesia de Porto Salvo

O Sr. André Rica referiu que, quando se trabalha em conjunto e se discutem opiniões, constitui-se um documento bastante mais coeso, como este que temos em mãos e que nada tem a ver com o primeiro que foi apresentado.

O Sr. Vítor Marques reforçou esta ideia, frisando que o trabalho em equipa funcionou muito bem, finalizado num documento bem elaborado.

Colocou-se a votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto nº 4 – Apreciação e Votação das Contas do Exercício do ano de 2014.

O Sr. Luís Olímpio referiu que continua tudo a ser efectuado da mesma maneira, fazem-se as obras na Delegação de Competências, enviam-se os documentos para a CMO e depois recebem-se as tranches para se pagar as mesmas.

Colocadas a votação, foram aprovadas com os seguintes votos:

Abstenção do PSD – 2; CDU – 1; IOMAF – 5
A favor PS – 5

Declaração de voto do IOMAF fica anexa à presente ata.

O Sr. Luís Olímpio disse que o sentido de voto da CDU era de votar contra, mas também percebe que as limitações orçamentais são muitas e, por isso mudou o seu sentido para abstenção.

Ponto nº 5 - Aprovação da primeira Revisão Orçamental de 2015

O Sr., Vítor Marques continua à espera que o executivo responda às questões levantadas em Assembleias anteriores.

O Sr. Avelino frisou que da parte da CMO não há definição sobre o que vai acontecer à Escola Custódia Marques.

Esclareceu que 80% das despesas têm a ver com o pessoal, colaboradores e este ano como já mencionaram, foram surpreendidos com o pagamento da EDP e água.

O Sr. Presidente do executivo esclareceu que a revisão orçamental tem a ver com a compra da camioneta, e para se poder cumprir a Delegação de Competências tem que se fazer esta revisão.

O Sr. Luís Olímpio vê de bom grado o aumento de receita em três componentes muito importantes designadamente o associativismo, desporto, cultura e acção social. No entanto, vê que a percentagem de execução é muito baixa e isso não pode acontecer.

O Sr. Presidente informou que na área social tem estado dois assistentes a custo zero e dois psicólogos totalmente em voluntariado.



Colocada a votação, a mesma não foi aprovada, conforme a seguinte votação:

Votos contra – 5 – IOMAF, 2-PSD

Votos a favor – 5 – PS; 1-CDU

O Sr. André apresentou declaração de voto que fica anexa a esta ata.

O Sr. Vítor Marques lembrou que vivemos num estado direito democrático e que este executivo tem estado surdo e pode ser que agora com o som deste voto se façam cumprir as Leis da República.

O Sr. Pedro Costa não percebeu que com o aumento das verbas se venha advogar e acusar este executivo de surdez política.

A Sr.^a Aline Carvalho disse que o documento apresentado não tinha pés nem cabeça, e de coesão política é que não tinha mesmo nada.

O Sr., Vítor Marques assumiu que há verdades, porque na realidade a sua bancada tem calcorreado as ruas de Porto Salvo a favor dos fregueses; apresentamos a nossa oposição através de várias propostas e a resposta do executivo é sempre que já enviou à CMO. O que pretendemos é participar de uma forma transparente. Houve uma reunião em que não nos foi dito que o edifício ia para obras e no dia a seguir já estavam em obras.

O Sr. Presidente reagiu dizendo que o executivo é acusado de não ser transparente, o Sr. Vítor argumentou que ainda não foi recebido e depois informou que não podia comparecer e apareceu quando a reunião já estava a decorrer. Marcou-se na terça-feira passada para estarem presentes. Vai-se limitar a comunicar à CMO a decisão da Assembleia.

Quando o Sr. Vítor refere que a Junta está fechada, no entanto, cedeu-se a sala noutra reunião, onde estive a aguardar até à meia-noite. Peço que quando se marquem reuniões, apareçam.

O Sr. Vítor voltou a frisar que o Sr. Presidente nunca falou com ele, mas sim com o Sr. Presidente da Comissão Política do PSD. Fez referência ao Sr. André pelas poucas contribuições, não lhe tendo agradecido, porque não o quis, e tendo na sua posse emails que trocaram, onde se pode ler que foi o Sr. Vítor a elaborar os documentos. Nunca frisou a não transparência das contas e questionou sobre os officios enviados à CMO.

“Remeteu-me uma mensagem no Sábado de Páscoa para estar presente nessa dita terça-feira, ao qual respondi que em princípio “sim”, mas estava fora tendo chegado nesse mesmo dia, e obviamente não tive disponibilidade porque também trabalho. E uma outra coisa, é que quando as forças políticas são chamadas os documentos já estão concluídos.”

O Sr. André Rica também reforçou esta ideia de que os documentos já estão preparados.

Ponto nº 6 – Informação do presidente relativamente às actividades da Junta de Janeiro, Fevereiro e Março.

O Sr. Vítor questionou sobre um pedido enviado à Junta, em Novembro do ano passado, por uma freguesa de seu nome Mónica Sofia Sousa Horta e que até à data não tinha tido qualquer resposta. O Sr. Presidente na sua informação menciona sempre que as questões levantadas pelos fregueses são respondidas no prazo de 30 dias, ora desta vez isso não aconteceu.

O Sr. Presidente esclareceu que isso não era verdade, ao que a D. Manuela reafirmou que o Sr. presidente não estava a dizer a verdade.

A esta afirmação o Sr. Presidente solicitou à Mesa da Assembleia que ficasse em ata que a D. Manuela o tinha chamado de mentiroso.

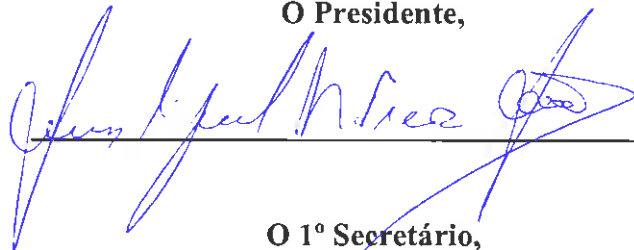
Ponto 7 – Aprovar a ata em minuta

Aprovou-se a ata em minuta, por unanimidade, para se poder enviar para o Tribunal de Contas.


Deu-se assim por terminada a sessão.

Porto Salvo, aos nove dias do mês de Abril de dois mil e quinze

O Presidente,



O 1º Secretário,



O 2º Secretário,